

# AS DIFICULDADES NO PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL: UMA VISÃO DOCENTE

*Data de submissão: 05/07/2023*

*Data de aceite: 01/08/2023*

### **Maria Emília Lima da Silva**

Especialista em Gestão Administração e Supervisão Escolar. Atua como Coordenadora na EMEIF São Miguel e como Professora na - EMEIF América Mirando Torres.  
<http://lattes.cnpq.br/8446853228930161>

### **Meirilene Magalhães de Oliveira**

Especialista em Docência do Ensino Superior. Atualmente é coordenadora do 1 ao 9 ano da Escola Municipal Dalgiza Sousa Athaide e professora da Escola Municipal Dalgiza Sousa Athaide.  
<http://lattes.cnpq.br/7268877700753434>

### **Rita Maria Oliveira Feitosa**

Especialização em Atendimento Educacional. Atualmente é Professora do ensino fundamental da Escola Municipal de Ensino Fundamental Germano Melo  
<http://lattes.cnpq.br/8873713124659408>

### **Elivaldo Serrão Custódio**

Pós-Doutor em Educação pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá-Brasil. Doutor em Teologia (Religião e Educação) pela Faculdades EST – São Leopoldo/RS/Brasil. Professor Substituto pela Universidade Estadual do Amapá (UEAP), Macapá-Brasil.  
<http://lattes.cnpq.br/8819683729192070>

**RESUMO:** O estudo apresenta um contexto de certa forma, disforme diante das necessidades encontradas no sistema de desenvolvimento ao atendimento aos estudantes com necessidades especiais. Nota-se que a cada ano se avolumam estatísticas de reprovações ou desistências de estudantes com tais necessidades, porém, por outra visão profissional o motivo desencadeia diversos fatores como: o sistema não atende as necessidades dos docentes, faltam formações continuadas, local adequado, bem como a verdadeira inclusão na prática. São argumentos verídicos diante de uma realidade muito presente, dificuldades que desafiam docentes e estudantes todos os dias. Diante desse contexto objetiva-se analisar as dificuldades enfrentadas por docentes na inclusão de estudantes com necessidades especiais em turmas regulares e a formação continuada para esse atendimento. Trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória de cunho bibliográfico. Os dados revelam ausência de espaço adequado para que os docentes possam atender os diversos graus de déficits de aprendizagem. Além disso, falta de formação continuada, assim como desconhecimento por parte de alguns profissionais das necessidades que o

estudante apresenta e enfrenta no processo de ensino e aprendizagem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação docente. Prática pedagógica. Dificuldades. Inclusão.

## DIFFICULTIES IN THE EDUCATIONAL INCLUSION PROCESS: A TEACHER'S VIEWPOINT

**ABSTRACT:** The study presents a context that is somewhat misshapen in view of the needs found in the development system for students with special needs. It is noted that each year, statistics of students with such needs increase in number of failures or dropouts, however, from another professional point of view, the reason triggers several factors such as: the system does not meet the needs of teachers, there is a lack of continuing education, adequate location, as well as as true inclusion in practice. They are true arguments in the face of a very present reality, difficulties that challenge teachers and students every day. Given this context, the objective is to analyze the difficulties faced by teachers in the inclusion of students with special needs in regular classes and the continuing education for this service. This is an exploratory qualitative bibliographic research. The data reveal a lack of adequate space for teachers to attend to the different degrees of learning deficits. In addition, lack of continuing education, as well as ignorance on the part of some professionals of the needs that the student presents and faces in the teaching and learning process.

**KEYWORDS:** Teacher training. Pedagogical practice. Difficulties. Inclusion.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho almeja analisar as dificuldades no processo de inclusão educacional na visão docente, como também procedimentos que passam por evolução que vem incidindo no mundo hodierno. É evidente que uma conflagração em educação exclusiva se torne de fato uma busca constante, pois é razão de permanência requerendo uma necessita de métodos didáticos pedagógicos bem como seus procedimentos de modo que permaneçam claros e explícitos nos documentos legais e nas práxis escolares.

Por meio do contexto global é notório com muita frequência, os debates sobre propostas inclusivas que abordam o desempenho social da escola na ascensão e na segurança de direitos de diferentes pessoas vistos como excluídos. Em 1994, houve a Conferência Mundial relevante as Necessidades Educacionais Especiais, neste período foi anunciada a Declaração de Salamanca, a respeito de princípios, políticas e práticas com objetivo de incluir pessoas de todas as idades que demonstravam necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino.

Por esse intermédio, é percebido que a inclusão escolar granjeia um amparo dentro da edificação de um novo olhar emergindo esperanças em busca de uma sociedade inclusiva tornando-se fundamental para a concretização e incremento da democracia, evidenciando a real função da educação inclusiva, sendo parte complementar e indispensável na formação humana.

Percebemos que a inclusão só é possível quando nos propomos a conhecer o

próximo, suas limitações, especialidades e condições. Para esse alcance, é preciso respeitar as habilidades, limites e alternativas. Mas, o cotidiano educacional nos remete outra visão, a distorção das leis é nítida em muitas escolas, comprova outro entendimento, pois a inclusão de crianças/estudantes com deficiência tem erguido um amplo desafio para os docentes, estes convivem todos os dias com as dificuldades por motivo de não ser amparado com formações em sua árdua profissão.

Diante do cenário que discorre o estudo, propõe-se a perguntar, na sua visão as práticas desenvolvidas por docentes são verdadeiramente a inclusão total e incondicional de crianças/estudantes? Que perspectivas inclusivas balizam suas práticas pedagógicas? Quais as maiores dificuldades encontradas ao exercer uma turma com estudantes com necessidades especiais?

## **PERCURSO METODOLÓGICO**

Este estudo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa qualitativa exploratória de cunho e bibliográfica. Para Minayo (1993) esse tipo de pesquisa é, comumente, aplicado a estudos das áreas de relações sociais para verificar representações, crenças e análises a cerca de um público alvo, e quantitativo, pois há uma necessidade temática pela construção de dados diante da perspectiva explorada (GATTI, 2012).

Podendo ser considerado descritivo e bibliográfico, Gil (2010), apresenta uma descrição de acontecimentos e particularidades em definida área de conhecimento, considerando e apostilando informações a partir da análise de recursos científicos publicados, envolvendo: revistas, livros e anais de congressos, artigos e trabalho de conclusão de cursos.

## **A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E O DIREITO DE TODOS À EDUCAÇÃO**

Durante muito tempo existe a necessidade de se incluir cidadãos aos seus direitos constitucionais, mas foi em 1988 que a Constituição Federal prevê no artigo 205 e 208 o direito de todos à educação, um conceito que visa um atendimento Educacional Especializado, do mesmo modo, a compreensão nos espaços escolares, baseada na prudência à dessemelhança, ordenando modificações em instituições escolares, embasado na Política Nacional de Educação Especial do ponto de vista da Educação Inclusiva protegida na finalidade “o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais garantindo”: -Transversalidade da educação especial a partir dos primeiros anos de vida até a educação superior; -Atendimento Educacional Especializado; -Ininterrupção da escolarização ao nível mais superiores do ensino; -Desenvolvimento de

docentes para o atendimento educacional especializado; -Acompanhamento da genealogia e da comunidade escolar.

A Lei Brasileira que assegura a Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015, intitulada também por “Estatuto da Pessoa com Deficiência afirma em seu Art., 1º. “A promoção em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando sua inclusão social e cidadania”.

As lutas por inclusão educacional vêm percorrendo caminhos difíceis e tortuosos, dificuldades constantes se agarram em um processo infundável, tais dificuldades são encontradas facilmente em nossas escolas com crianças/estudantes portadoras de necessidades especiais e inclusiva, são conjunturas que por meio do descaso vem diminuindo possibilidades junto ao desenvolvimento do ensino aprendizagem, inutilizando o relacionamento do ser humano e a sociedade.

A inclusão educacional desde o início das lutas do seu processo, vem passando por constantes dificuldades, mas fluentemente encontradas em sala de aula com crianças/estudantes com necessidades especiais e inclusiva, são circunstâncias que de uma forma ou outra tiram as possibilidades do desenvolvimento do ensino aprendizagem no que tange precisões essenciais diante da indispensável inclusão social.

## **ESCOLA, INCLUSÃO E ESTUDANTE COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS**

A educação inclusiva parte do título de que o estudante com Dificuldades de Aprendizagem é visto como um grande desafio para o docente, mas é papel da escola adequar-se às necessidades do estudante, deve ainda se organizar para acolher e atender de fodo que proporcione o desenvolvimento. São estudantes que compõe a categoria dos portadores de necessidades educacionais, recebendo o nome de estudantes da inclusão.

Diane do exposto, auferiram os estudantes como um forte direcionamento chamando-os de incluídos. Esses estudantes possuem direitos igualitários, portanto devem ser aceitos de forma normal por todos que irão fazer parte do seu ciclo de vida não podem jamais, receber tratamentos diferenciados, os equívocos inconvenientes não devem existir.

Há uma visão distorcida de que a escola, ao acolher crianças/estudantes com necessidades especiais, seria obrigada a respeitar a cadência especificamente de cada estudante, quanto a situação condição social, cultural e econômica, sem interferir de fato, a possibilidade de uma aprendizagem significativa, de modo a gerar um percurso que transforme os anseios em um novo aprendizado.

Reflete-se nos aspectos didáticos - pedagógicos propriamente ditos, por meio destes a mais eficaz forma de intervir para que o enfrentamento sucinto entre estudante e docente não seja negligenciado. Mas que o aprendizado venha completar ambos, o docente com

experiência para fornecer e o estudante para receber e entender, o comprometimento entre as partes fortalecerá os laços educacionais.

Diante disso, ressalta-se a relação educacional, pois, ante do método que se aplica a educação para portadores de necessidades especiais, assume também as Dificuldades de Aprendizagem, além de atuar com os alunos com deficiência, necessitando de estruturas.

A educação inclusiva necessita da estruturação de novos padrões que não se baseiem numa homogeneização do ensino, mas busque apoiar todos no sistema educacional de qualidade, de modo a possibilitar o redescobrimiento do potencial de sujeitos com algum tipo de Necessidades Educacionais Específicas - NEE (CUNHA, 2020, p. 21).

Esses sujeitos enfrentam arduos momentos ao se deparar com a realidade estampada nessa história. Passam por repercussões indesejáveis não se conhece medição ou procedimento avaliativo que possa diagnosticar ou identificar de forma objetiva um aluno com Dificuldades de Aprendizagem, como problemas de leitura ou escrita que não consegue desenvolver.

Por meio desses desencontros há estudantes que portam dificuldades através de situações relacionadas a uma percepção referente ao tradicionalismo, incapaz de considerar a ação pedagógica para o desenvolvimento no sentido de proporcionar condições para o desenvolvimento do estudante.

Dificuldade de aprendizagem é um termo geral que se refere a um grupo heterogêneo de transtornos manifestados por dificuldades significativas na aquisição e uso da escuta, fala, leitura, escrita, raciocínio ou habilidades matemáticas. Estes transtornos são intrínsecos ao indivíduo, supondo-se que são devido à disfunção do sistema nervoso central, e podem ocorrer ao longo do ciclo vital. Podem existir junto com as dificuldades de aprendizagem, problemas nas condutas de auto regulação, percepção social e interação social, mas não constituem por si próprias, uma dificuldade de aprendizado. Ainda que as dificuldades de aprendizado possam ocorrer concomitantemente com outras condições incapacitantes como, por exemplo, transtornos emocionais graves ou com influências extrínsecas (tais como as diferenças culturais, instrução inapropriada ou insuficiente), não são o resultado dessas condições ou influências (SMITH, 2012, p. 123).

Por esse motivo, é essencial olhar com mais carinho a forma como está se aplicando o processo avaliativo desses estudantes. É notório que a avaliação só poderá ser detalhada por meio do intermédio interdisciplinar, assim terá noção do grau de aprendizagem, capaz de coletar dados sobre as dificuldades do estudante no que dedilha o processo cognitivo aos díspares conteúdos, quanto às exterioridades, emocionais, sociais, familiares e educacionais, nesse caminho será possível, de fato, um planejamento estratégico pedagogicamente capaz de promover o desenvolvimento.

A escola cognominada “inclusiva”, atende crianças/estudantes com Dificuldade de Aprendizagem adota um andamento escolar fora da possibilidade de ampliar sua plenitude,

fator necessário ao seu cotidiano e convívio social. O sistema educacional se encarrega de arcar com as limitações ainda tradicionais tampouco reconhecida para uma necessidade muito expressiva, muito abaixo revelada e enfrentadas nesse contexto de carência.

Desse modo tais estudantes são recebidos de costume apática pelo sistema educacional e por docentes, o sistema se priva da preocupação em sala de aula e em entender os fatores que causaram a essas dificuldades, deixando à quem a responsabilidade de organizar um currículo adaptado que possa atender às precisões educacionais dos estudantes.

A instituição escolar sozinha, não pode se responsabilizar por esta situação, diante disso não revê seus princípios, não inova suas práticas. Por conseguinte, não realiza processo avaliativo diferenciado e, conseqüentemente, não visa um planejamento viável que reverenciem a maneira e as naipes de aprendizagem do estudante.

Fazendo uma reflexão da significação a importância da consideração de necessidades educacionais especiais, entende-se que, o esclarecimento que segundo foi decidida, não obteve, de fato, uma relevância ao desarticular o foco do problema do estudante, direcionando para áreas educacionais exclusivas e apropriadas estabelecidas para o desenvolvimento do ensino aprendizagem. É notório que existiu um desvirtuamento desse objetivo, o que a lei rege não se aplica nas diversas realidades das pessoas portadoras de deficiências. A demonstração vem enfatizando as qualidades ou necessidades pessoais que podem intervir na escolarização do estudante, consentiu aos sistemas educacionais transferir o enfoque para os agentes externos que provocam a qualidade da não aprendizagem.

Por meio das situações limitadoras se sublinha e culpabiliza o meio social de onde as crianças/estudantes residem, ainda são vistas como ocasionadoras dos problemas de aprendizagem, o sistema se isenta de todos os meios, transferindo as responsabilidades a instituição educacional, pelo fracasso escolar dos estudantes que são portadores de quaisquer deficiências, é possível empreender uma retomada da constituição do sujeito, do mal-entendido educativo (LAJONQUIÈRE, 2019). O mal-entendido educativo, para o autor, ocorre quando há bloqueios no trabalho primordial da educação.

O primeiro passo deveria ser a abordagem da exclusão social e econômica, assim se entenderia como encaminhar a problemática em sala de aula. Em 1990, os estudantes portadores de deficiência eram devidamente afastados do sistema regular de ensino. Neste período se descobriu que a própria escola empregava sua forma de mecanismo de exclusão com qualquer sujeito que não se enquadrassem no exemplo de estudante idealizado.

Por meio dessas exclusões surgiram diversas indagações como: para qual cidadão a escola pública presta serviço? A escola pode negar o ensino aos deficientes? Entre outras indagações. Diante desse ponto de vista, duas reflexões precisam ser feitas: – O estudante que não apresenta rendimento escolar porque vive em condições de extrema pobreza, pois suas limitações provocam ordem emocional, linguística ou até intelectiva, deve ser avaliado, como um estudante com necessidades educacionais especiais e necessita de instrumentos

e recursos pedagógicos diferentes para o desenvolvimento de sua aprendizagem.

A questão social, econômica e emocional são condições de vida que todos sem distinção dependem adequadamente para, de fato, ter as mesmas possibilidades de aprender. Não se aplica aqui a desqualificação do ensino que garante a oportunidade a todos de forma igualitária. Mas é fato que a exclusão acontece excessivamente em todos os setores sociais.

Geralmente apontamos as problemáticas da aprendizagem decorrente da inaptidão do setor escolar, sua forma de lidar com as diversas situações encontradas por seu alunado, sua continuação de trabalho ainda no tradicionalismo e homogeneizador, impondo um aprendizado de forma classificatória das classes populares, nesse ponto de vista, a dificuldade não é de aprendizagem, mas se aplica a “ensinagem”, necessitando uma revisão do sistema educacional, direcionando um olhar reflexivo de modo que garanta a veracidade da lei os direitos, e assim mude suas concepções de ensino e de aprendizagem.

A aprendizagem não é um currículo aplicado a modalidade de ensino, mas sim um processo longo que depende de organização sistêmico, pedagógico exercido por profissionais em formação continuada e estudantes carentes do saber aprender, o aprendizado é ainda a junção de um trabalho científico aplicado a uma prática em vivência.

Para que haja de fato uma educação inclusiva é imprescindível que os professores busquem capacitação, aperfeiçoamento e formação continuada, a fim de proceder à mediação ao receber alunos com necessidades educacionais especiais. [...] “cabe aos professores procurar novas posturas e habilidades que permitam compreender e intervir nas diferentes situações com que se deparam (OLIVEIRA; ARAÚJO; SILVA 2019, p. 02).

Assim o consentimento irrestrito do docente em relação ao aprendiz incide numa atitude de concordância integral à pessoa com necessidades especiais, respeitando sua singularidade, pois deposita confiança no que acolhe.

## **Dificuldades de aprendizagem na visão docente**

O docente é um profissional responsabilizado por inúmeras problemáticas, e muitas não desrespeito ao seu repertório, apesar da gravidade da situação do ensino, no Brasil, as razões e elevação da estatística precisa de estudantes com Dificuldades de Aprendizagem e necessidades especiais, em pleno 2021 ainda são ignorados. Isso decorre do desinteresse quanto à elegibilidade que se opõe a identificar tamanha estatística.

Falta interesse da parte de todos os caminhos que podem fazer essa contagem, principalmente a preocupação do sistema de ensino, este possui possibilidades para realizar uma diagnose com minuciosos detalhes sobre as condições psicológicas, orgânicas, sociais, intelectuais e econômicas dos estudantes, são situações incertas que muito se passam por achismo, os reais esclarecimentos não chegam a uma conclusão devido à falta de informação respeitosa com esses estudantes.

O que se tem informado é sobre uma extensa quantidade de estudantes nas instituições brasileiras apresentam defasagem escolar, resumem-se em um pequeno conceito de que há uma característica banal de uma multidão sem sucesso escolar que não aprendem os conteúdos básicos para o ano de acordo com a sua faixa etária. Nem sempre são deficientes mentais, visuais, físicos entre outros.

Por falta de esclarecimento sistêmicos e educacionais, muitos são direcionados a sala de recursos para deficientes mentais, ou ainda para fluxogramas ditos compensatórios no período adverso ao da sala de aula, assim como salas especializadas com profissionais aptos a atender estudantes com Dificuldades de aprendizagem e educação inclusiva. Todos têm seus direitos assegurados.

Logo, a educação inclusiva edifica-se sobre cinco princípios norteadores, quais sejam: (I) toda pessoa tem o direito de acesso à educação de qualidade, (II) toda pessoa aprende, (III) o processo de aprendizagem de cada sujeito é singular, (IV) o convívio no ambiente escolar comum beneficia a todos, e (V) a educação inclusiva diz respeito a todos (DINIZ, 2020, p. 65).

Diante do exposto, entende-se que é possível constatar que a Dificuldade de Aprendizagem é um fenômeno assaz abstruso que compreende uma diversidade de conceitos, critérios e teorias. É complexo, mas é notório a ausência de uma teoria consistente e coerente que se baseie em pesquisas científicas para explicar a anfibiologia e a falta de legalidade e fidedignidade que defina as Dificuldades de Aprendizagem. Por conseguinte, o que mais se utiliza para o atendimento aos estudantes com necessidades especiais podem-se afirmar claramente como ineficientes.

É relevante advertir sobre a assimilação das dificuldades no Aprendizagem escolar, são critérios discricionários baseados em documentos médicos ou avaliações feitas por díspares disciplinas abordadas de modo não interdisciplinar. É um processo elaborado por meio de metodologia pedagógica, momentos em critérios clínicos, neurológicos, psicológicos, emocionais, motores e sociais.

Todos os recursos detectores devem ser valorizados, analisados isoladamente para que as decorrências distingam as adulterações afim de convertem em uma proposta onde o ensino seja para uma (re)educação de modo que atenda as dificuldades do estudante. Isso é decorrente de uma má identificação científica que ampare estudantes com Dificuldades de Aprendizagem.

Por meio desse contexto incerto, surge a ideia de transformar a maneira de se qualificar estudantes direcionando-os ao atendimento da educação especial. Pesquisas constata que há uma grande estatística de estudantes com Dificuldades de Aprendizagem que deveriam lhes proporcionar benefícios educacionais especializado, foram recusados dos serviços da educação, sobre esse aspecto a autora afirma que:

Todas as crianças são capazes de aprender: esse processo é individual e o professor deve estar atento para as necessidades dos alunos. Crianças com deficiência visual e auditiva desenvolvem a linguagem e pensamento



conceitual. Alunos com deficiência mental podem enfrentar mais dificuldade no processo de alfabetização, mas são capazes de desenvolver oralidade e reconhecer sinais gráficos. É importante valorizar a diversidade e estimular as crianças a apresentar seu melhor desempenho, sem fazer uso de um único nivelador. A avaliação deve ser feita em relação ao avanço do próprio aluno, sem usar critérios comparativos (YOSHIDA, 2018, p. 10).

Por esse viés, tem-se uma visão de deficiência e dificuldade muito determinista, centrada no sujeito, por isso são vistos como causadores dos problemas de sua própria aprendizagem. A cada tempo se inovam temas e se realizam pesquisas para substituir a nomenclatura sugestiva às categorias de deficiência ou inadequação social e no campo educacional pela expressão referente às necessidades educacionais especiais.

Almejar-se com essa modificação dissociar a problemática da dificuldade de aprendizagem com a compleição da deficiência, pois os estudantes que expõem distúrbios de aprendizagem não se caracterizam uma deficiência mental, física, múltipla ou sensorial. Todavia, esses são grupos com necessidades educacionais especiais que dependem dos recursos educacionais para desenvolver suas habilidades.

São questões que necessitam de mudanças que enfatizem a realidade do estudante com necessidades especiais de forma que seja incluso na proposta educativa da escola, sem recusar a qualidade de convivência do estudante. Pois a deficiência é visada como um motivo de (des)aprendizagem de modo isolado do cidadão, que pouco coopera para o seu desempenho.

## **A sala de aula e suas dificuldades**

Durante a pesquisa é notório que há uma extensa quantidade de docentes assumindo salas de aula com crianças/estudantes portadores de necessidades especiais, estes profissionais encontram-se estagnados no que tange as formações, no momento, mas necessário de sua carreira pararam, muitos por falta de incentivo, outros por não ter condições financeiras, de certo as formações continuadas não amparam esses profissionais, por falta de visão do sistema, falta de respeito com docentes e estudantes.

Desse modo, podemos entender que as lacunas do desenvolvimento profissional exibiu uma problemática a partir do momento que os docentes apontam diversas dificuldades encontradas no cotidiano escolar ao se referir aos alunos especiais e que tem deficiência intelectual. São fatos que apontar, a necessidade de formação exibidas nas dificuldades encontradas envolvendo inclusão.

Atender as perspectivas, trabalhar a motivação, ser participativo, alcançar as finalidades objetivadas, realizar atividades envolventes, ser assegurado legalmente, efetivar tarefas onde a consequência final seja o aprendizado, é sonhar acordado nesse momento. Pois quando precisamos atender estudantes com necessidades especiais os desafios aumentam.

Diante das ansiedades constantes despontam que os docentes admitem para si as responsabilidades por desenvolver habilidades e resolver problemas de estudantes com necessidades especiais, sem cogitar se esse é um problema individual ou a responsabilidade cabe a outros, os quais se esquivam atrás da aparência do problema. A situação se agravou nos últimos anos devido o ensino remoto.

Há consenso entre especialistas que o ensino remoto não substitui o presencial, mas, ao menos, contribui para minimizar os danos causados pela suspensão das aulas. Para o diretor de políticas públicas do Todos Pela Educação, Olavo Nogueira Filho, o afastamento do ambiente escolar deixará sequelas que precisam ser amenizadas mesmo [a] distância (ELY, 2020, s/p.).

Os docentes abalizam dificuldades encontradas, que transcursam do contexto da inclusão das crianças/estudantes com necessidades especiais de vários graus de dificuldades, entre tantos embaraços nos deparamos com outras pautas, um distanciamento entre estudantes e docentes.

A percepção negativa da não aceitação de estudantes com necessidades especiais abalizam uma visão de fragilidade na carreira profissional e por conseguinte pedagógica do docente, por desencontro das condições e desinformação, em suas ações expressão a ausência de condições para movimentar as adequações precisas de modo que acolha pedagogicamente o diferente.

O docente demonstra dificuldades em aceitar as diversas situações de deficiência por que não sente segurança em sua baixa capacitação para atender a homogeneidade, logo, se desestabiliza diante de sua situação profissional ao paradigma da inclusão. Entende-se que as argúcias não devem ser independentes do contexto social vivenciado em diversas ocasiões, original consternação expressando a forma de não aceitar o estudante.

As dificuldades aparecem em várias habilidades necessárias no desenvolvimento do estudante, na participação, ao interagir, como na demonstração do interesse por atividades e sala, por ser várias deficiências, o docente deve estar atento aos níveis a fim de compreender a ausência de interesse por parte do estudante, de modo que se possa adaptar as atividades para que o estudante se sinta à vontade num ambiente respeitador e seguro. Se motivar e motivar o outro se torna tarefa difícil quando a intensão é fazer o aprendizado fluir.

Assim como, os recursos tecnológicos, os humanos também possuem sua indispensável relevância, já que são os executores, nesse sentido destaca-se que, as inclusões dos estudantes com necessidades especiais precisam ser seguidas de capacitação não apenas dos docentes, mas de toda equipe educacional, de certa forma a escola é composta por um quadro de funcionários que em suas especificidades atende todos os estudantes, a tarefa do professor dobrou.

O professor de uma hora para outra teve que trocar o “botão” para mudar de sintonia e começar a ensinar e aprender de outras formas. [...] No presencial, pode-se estar fisicamente próximo de um aluno e estar psicológica e

pedagogicamente muito distante dele. Por outro lado, nas aulas virtuais é possível estar geograficamente distante e estar muito próximo psicológica e pedagogicamente, o que nos remete à ideia de motivar sempre a presença social (BEHAR, 2020, s/p).

Assim, as metodologias de ensino precisaram de um repensar emergencial adotado por um amplo número de instituições de ensino mantendo o cronograma acadêmico, sabendo que de certo modo, poderá lidar com momentos positivos e negativos nos resultados pós pandemia da forma como foi adotada e desenvolvida.

O docente que trabalha para promover a aprendizagem, precisa saber combinar o conhecimento profissional e conhecimento didático metodológico, envolvendo prática que proporcione o desenvolvimento do ensino aprendizagem na visão contemporânea, atendendo a realidade e promovendo transformações nas áreas necessárias.

[...] os professores estão sendo desafiados, cobrados e responsabilizados por uma série de competências às quais não lhes foram desenvolvidas e anteriormente apoiadas. E, mais uma vez, o cenário educacional está se resumindo à resiliência, força de vontade e a garra dos docentes na busca de soluções rápidas, inovadoras e que minimizem os danos sociais e pedagógicos, em um mundo em que o futuro nos parece incerto e um pouco caótico (BASTOS; BOSCARIOLI, 2020, s/p).

A realidade atual tem feito os docentes inovarem suas práticas ainda em início de atividades, quem não eram familiarizados com o mundo digital e gravação de aulas, se viram à frente das câmeras com a necessidade de preparar aulas (JUSTINO, 2020). É cenário novo que o mundo vivencia, um erro comum que muitos inicialmente tiveram acerca do ensino remoto foi de que precisaria apenas gravar as aulas do professor para poder transmiti-las aos alunos e estes aprenderem (IDOETA, 2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa consente ponderar que os docentes que atuam em turmas do Ensino Fundamental confrontar-se com dificuldades por falta de formação pedagógica de modo que possa atender os estudantes com necessidades especiais, principalmente os que apresentam déficit direcionado ao grupo heterogêneo de desordens manifestadas por dificuldades significativas na, aquisição e utilização da compreensão.

Durante a pesquisa foi identificado a distorção de série e idade dos educandos em turmas do ensino fundamental com dificuldades de aprendizagem e com pouca expectativa para se desenvolver educacionalmente, sua participação, quanto a atingir os objetivos propostos pelo cenário educacional, além do apoio necessário para obrar, os recursos metodológicos, e a formação específica para cada área e grau de deficiências.

Nesse cenário os docentes abordam a não preparação para esforçar-se com esta clientela, pois em suas falas, não ocultam a decrescente probabilidade com relação a

aprendizagem dos seus estudantes. É uma problemática que decorrem das dificuldades comparecidas por falta de formação continuada como do desconhecimento das necessidades que o estudante apresenta ao enfrentar as possibilidades educativas.

De modo geral, os fatores que contribuem para a escassez da aprendizagem, implica também na ausência de espaço adequado que possa atender os diversos graus de déficits de aprendizagem, quanto para discussão e permuta de experiência sobre o contexto entre docentes regentes, estes quase sempre não recebem cuidadores para auxiliá-los.

Portanto, as políticas públicas de formação para docentes devem estar lado a lado com os estudantes portadores de necessidades especiais incluídos no ensino regular, pois ainda são deficitárias, porém, é notório que mesmo não tendo formação para desenvolver as habilidades dos estudantes, os docentes enfrentam muitas dificuldades ao procurar fazer o trabalho árduo que é de responsabilidades de um conjunto.

## REFERÊNCIAS

BASTOS, T. B. M. C; BOSCARIOLI, C. **Os Professores do Ensino Básico e as Tecnologias Digitais: Uma reflexão emergente e necessária em tempos de pandemia** 2020. Disponível em: <http://horizontes.sbc.org.br/index.php/2020/04/22/professores-do-ensino-basico-e-as-tecnologias-digitais>. Acesso em: 08 nov. 2020.

BEHAR, P. A. **O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância**. UFRGS, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-aeducacao-a-distancia>. Acesso em: 08 nov. 2020.

CUNHA, T. L. **O manual pedagógico como ferramenta de inclusão: um olhar reflexivo sobre os paradigmas educacionais do núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas do Instituto Federal de Alagoas – Campus Piranhas**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Alagoas, Campus Benedito Bentes, Maceió, 2020.

DINIZ, Y. **Conheça os fundamentos e princípios da educação inclusiva**. 2020. Disponível em: <https://educacao.imagineie.com.br/fundamentos-e-principiosda-educacao-inclusiva/>. Acesso em: 08 dez. 2020.

ELY, D. **Aulas presenciais nas escolas do RS não têm prazo para retorno**. GAÚCHAZH, Porto Alegre, 29 abr. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-eemprego/noticia/2020/04/aulas-presenciais-nas-escolas-do-rs-nao-tem-prazo-para-retornock9lwcmibi00oj017ndtzewi2r.html>. Acesso em: 13 out. 2020.

GATTI, B. A. **Abordagens quantitativas e a pesquisa educacional**. Fundação Carlos Chagas, USP. 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 5. ed. Editora Atlas, 2010.

IDOETA, P. A. **Os desafios e potenciais da educação à distância, adotada às pressas em meio à quarentena**. **BBC News Brasil**, São Paulo, 17 abril 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52208723>. Acesso em: 13 out. 2020.

JUSTINO, G. Após percalços, educação pode ter legado positivo com superação durante a pandemia. **GAÚCHAZH**, Porto Alegre, 15 maio 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2020/05/apospercalcoseducacao-pode-ter-legado-positivo-com-superacao-durante-apandemiacka8v2r0o002g015n6h3yarv5.html>. Acesso em: 13 out. 2022.

LAJONUIÈRE, L. A criança, a educação e os sonhos adultos em tempos de autismo. *Estilos da Clínica: Revista sobre Infância com Problemas*, 24(1), 2019, p. 41-52.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

OLIVEIRA, F. R., ARAÚJO, M. D.; SILVA, J. L. O Papel do Professor na Educação Inclusiva. CONEDU. **VI Congresso Nacional de Educação**. 2019. Disponível em: <[https://editorarealize.com.br/editora/anais/com-edu/2019/TRABALHO\\_EV127\\_MD1\\_SA10\\_ID9047\\_28092019222226.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/com-edu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA10_ID9047_28092019222226.pdf)>. Acesso em: 01 nov. 2022.

SMITH, C.; STRICK, L. **Dificuldades de aprendizagem de A a Z**. Um guia completo para pais e educadores. Porto Alegre: Artmed, 2012.

YOSHIDA, S. **Desafios na inclusão dos alunos com deficiência na escola pública**. 2018. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1972/desafios-na-inclusao-dos-alunoscom-deficiencia-na-escola-publica>. Acesso em: 04 mar. 2022.